

Divida Pública Senadores tentam dificultar endividamento dos estados

O Senado decidiu ontem, durante reunião de líderes, alterar as regras que dispõem sobre as autorizações para empréstimos e emissões de títulos por parte de estados e de municípios. A partir de agora, não haverá mais regime de urgência para a tramitação desses pedidos, e um representante do governo estadual ou da prefeitura terá de comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para defender o empréstimo ou a emissão de títulos. Além disso, o relator do pedido não poderá ser um senador do Estado a ser beneficiado.

Essas novas regras serão adotadas até que seja aprovada uma nova resolução disciplinando o assunto, que incorporará as sugestões apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos. "Serão regras para o período de transição", explicou o senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), que é o relator da nova resolução. Para o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), o objetivo das medidas aprovadas ontem, durante reunião que contou com a presença do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), é criar normas gerais para a aprovação dos empréstimos, que dêem transparência ao processo e permitam ao Senado ser imparcial em suas decisões.

O senador Esperidião Amin (PFL-SC) considera que essas novas regras refletem a preocupação do Senado com a aproximação das eleições gerais, época em que os governadores costumam fazer de tudo para obter recursos para tocar obras. A alteração aprovada ontem seria uma espécie de medida preventiva, com o objetivo de colocar um freio nas pressões dos governadores sobre o Senado por mais recursos.

AS MUDANÇAS

Como era

1. O Banco Central (BC) encaminha parecer ao Senado sobre o pedido feito por Estado ou município.
2. O pedido é analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e um dos três senadores do Estado que pleiteia o empréstimo ou a emissão dos títulos é escolhido como relator. Depois de aprovado na CAE, o pedido é encaminhado para aprovação no plenário do Senado.
3. Os líderes podiam pedir urgência para apreciação dos empréstimos. Aprovada a urgência, os pedidos seguiam diretamente ao plenário sem apreciação da CAE.

Como fica

1. O BC fará parecer sobre o pedido, mas mandará um técnico para discutir o assunto com os senadores integrantes da CAE.
2. Cada Estado ou município mandará um secretário para discutir o pedido com os senadores integrantes da CAE.
3. O Ministério da Fazenda também mandará um representante para a reunião da CAE.
4. O relator do processo na CAE não será um senador do Estado que fez o pedido.
5. Depois de aprovado na CAE, o pedido será encaminhado para aprovação no plenário do Senado.
6. Não será concedida urgência antes da apreciação dos pedidos pela CAE.